

# **IV enanparq**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

## **O DISCURSO DO AMBIENTALISMO E DA SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA: DA CONTRACULTURA À INSTITUCIONALIZAÇÃO GLOBAL**

SESSÃO TEMÁTICA: SESSÃO ABERTA

**Gabriel de Andrade Fernandes**  
FAUUSP  
[gaf.arq@usp.br](mailto:gaf.arq@usp.br)

**Euler Sandeville Jr.**  
FAUUSP  
[esandeville@gmail.com](mailto:esandeville@gmail.com)

# **O DISCURSO DO AMBIENTALISMO E DA SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA: DA CONTRACULTURA À INSTITUCIONALIZAÇÃO GLOBAL**

## **RESUMO**

O discurso sustentabilista constitui hoje presença certa nos mais variados círculos arquitetônicos, por vezes impondo-se mesmo de forma inquestionável. Tal discurso reveste-se ainda de um teor inovador, um ideário rejuvenescido para desafios contemporâneos. Ideia gestada, porém, nos anos 1980, a “sustentabilidade” é parte de uma trajetória mais ampla: mesmo sua história oficial tende a localizar suas origens em meio a experiências e discursos contraculturais, em um contexto de experimentação e de gestação de novas formas de manifestações políticas, em que se discutiam questões como participação e autonomia. Neste contexto, parece que o velho humanismo que caracterizava a racionalidade das proposições arquitetônicas modernas é substituído por uma ética questionadora de desequilíbrios no meio natural, associada tanto a um multiculturalismo que valoriza diferenças culturais como por uma nova narrativa totalizante, marcada pela necessidade de readequação da vida ao uso “sustentável” do meio-ambiente. Trata-se, portanto, de um enfrentamento do projeto moderno ou antes, repleta de contradições, de sua reafirmação? Buscamos, assim, explorar algumas características de uma trajetória discursiva que dialoga com a busca daquilo que Bruno Latour chamaria de uma abordagem simétrica da relação entre humanidade e natureza, ou entre entidades humanas e não-humanas. Para além de algumas críticas já consolidadas sobre o campo — em especial aquelas que tendem a reduzir o discurso ambientalista-sustentabilista a mera construção ideológica — exploramos as características deste corpo discursivo, bem como as contradições desta ética que tenta reequilibrar valores humanos e não-humanos no interior da prática arquitetônica. Exploramos de um modo geral o ethos sustentabilista e, em particular, focamos em algumas experiências contraculturais nos anos 60 e 70 (como as de Paolo Soleri e as de comunidades hippies, sobretudo a mitificada Drop City) que são hoje fortemente associadas a mitos de origem do movimento, explorando suas contradições e os elementos que hoje são mobilizados para dar base a tais valores.

**Palavras-chave:** Discurso ambientalista. Sustentabilidade. Contracultura.

# **ENVIRONMENTALISM AND SUSTAINABILITY DISCOURSES IN ARCHITECTURE: FROM COUNTERCULTURE TO GLOBAL INSTITUTIONALIZATION**

## **ABSTRACT**

Sustainability discourse makes nowadays an assured presence on the most varied architectural circles — even imposing itself, sometimes, in an indisputable manner. Said discourse dresses itself on a innovative look, a reinvigorated mindset for contemporary challenges. Idea forged, however, in the 1980s, “sustainability” is part of a wider course of events: even its official history tends to locate its origins among countercultural experiences and discourses, in the middle of an experimental scenario in which new forms of political manifestations were also forged and in a time when matters of participation and autonomy were discussed. On this scenario, it seems that the old humanism that was characteristic of modern architectural propositions’ rationality is replaced by a natural resources imbalance questioning ethics, associated both to multiculturalism as to a new totalizing narrative, one marked by the need of reassessing life to the “sustainable” use of environment. As such, is it a form of challenging modern project or else, full of contradictions, its reaffirmation? Therefore, we aim at exploring some of the characteristics of a discursive path that converses with what Bruno Latour would call a symmetrical approach on the relationship between humanity and nature, or between human entities and non-human ones. Looking beyond some already established criticism on this field — specially those that try to reduce it to mere ideological construct — we prospect the characteristics of this discursive body, as well as this contradictions regarding this ethics that try to rebalance humans and non-humans values inside

architectural practice. We explore in a general way the sustainabilist ethos and, in particular, we focus on some countercultural experiences of 1960s and 70s (as the ones from Paolo Soleri and specially the mythified Drop City) that are now strongly associated to the origin myths of environmentalist movement, prospecting its contradictions and the elements now used to base such values.

**Keywords:** Environmentalist discourse. Sustainability. Counterculture.

# 1. UM DISCURSO QUASE HEGEMÔNICO

A defesa da natureza — seja “natureza” entendida como o *mundo natural*, os *recursos naturais* ou simplesmente como o *verde*, ou seja, uma abstração vulgarmente associada com tudo aquilo que não é artificial — tornou-se argumento recorrente nos mais variados discursos contemporâneos — e em quase qualquer lugar do mundo. De banqueiros a ativistas, de estudantes a empresários: todos parecem concordar, ao menos no plano discursivo, a respeito da necessidade de proteger o planeta para as gerações futuras, ainda que varie o grau e o entendimento a respeito dessa proteção. Na arquitetura isto não poderia ser diferente: arquitetura “verde”, “sustentável”, “ecologicamente correta”, entre outros predicados, parecem constituir um mantra amplamente difundido seja entre estudantes, seja entre empresários, seja entre clientes, seja entre teóricos.

O presente artigo discute aspectos do discurso ambientalista e sustentabilista no contexto da produção e circulação de ideias no interior do universo da arquitetura. Trata-se de um fragmento de um conjunto maior de reflexões que compõem a dissertação em mestrado ora em produção por este pesquisador, na qual exploramos recorrências, convergências, divergências, contradições, entre outros elementos discursivos, presentes em um determinado conjunto de obras responsáveis pela difusão do ideário ambiental e sustentabilista no campo arquitetônico do mundo anglófono, nos anos 1960 e 70 — período em que a temática assumiu certo protagonismo, consolidando as bases das matrizes discursivas do posterior discurso associado à ideia de desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>. Neste trabalho, em particular, apresentamos reflexões reunidas a partir de leituras e levantamentos que dão base e contextualizam o trabalho desenvolvido na dissertação. Apresentamos um breve panorama de personagens, cenários e eventos (segundo o recorte adotado em nossa pesquisa, ou seja, o mundo anglófono dos anos 1960 e 70) que colaboraram com a definição do ideário e do discurso ambientalista/sustentabilista no interior da prática arquitetônica, seguido de reflexões e questionamentos a respeito dos sentidos atribuídos usualmente a esse conjunto de elementos. O recorte proposto encontra dois motivos principais: de um lado, entendemos serem os veículos de comunicação do mundo anglófono um conjunto expressivo de difusão de ideias para diferentes contextos, sobretudo na forma de livros e periódicos. De outro, é nosso desejo explorar algumas das relações usualmente estabelecidas por aquilo que temos chamado de “história oficial do ambientalismo” (sobre o qual falaremos adiante)

---

<sup>1</sup> A dissertação focará nas características discursivas específicas de um conjunto de obras de três autores — Ian McHarg, Murray Bookchin e Buckminster Fuller — que, de diferentes formas e com variados graus de influência, revelaram-se importantes para a consolidação de diferentes aspectos do discurso sustentabilista no interior da arquitetura, bem como na definição de algumas das matrizes discursivas de práticas de teor sustentável ou ambientalista. Sua versão final está prevista para março de 2017.

com o universo da contracultura, tradicionalmente mobilizado como precursor ou pioneiro das práticas ambientalistas.

Esperamos com este artigo e com nossa pesquisa contribuir para um melhor enquadramento desta onda verde que parece ter se *naturalizado* na nos discursos produzidos pela sociedade contemporânea — e em especial em círculos arquitetônicos, nos quais por vezes a sustentabilidade se revela um conjunto de valores inquestionável e de universal validade. De fato, vive-se um momento de efusiva celebração da onda verde no meio arquitetônico: dos códigos de ética e posturas profissionais aos marcos legais e normativos, dos currículos das escolas de arquitetura às estratégias de venda de empreendimentos imobiliários, dos memoriais descritivos usados para dar publicidade a projetos estelares às discussões cotidianas nas redes sociais — a supracitada universalidade da aplicação da sustentabilidade raramente é questionada, mesmo em meios acadêmicos e críticos. Ainda que os apologistas do *verdadeiro* desenvolvimento sustentável, ou do *verdadeiro* ambientalismo, possam argumentar serem tais discursos e práticas eventuais arremedos ou meros embustes em relação ao que poderia de fato receber o nome de “ambientalismo” ou “sustentabilidade”, interessa-nos mais destacar o clima verde que paira sobre a produção de ideias.

Note-se, aliás, que ao tratamos desta onda verde, procuramos ressaltar as diferentes formulações utilizadas e os diferentes conceitos usualmente mobilizados: “ambiente”, “ambientalismo”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável”, entre outros. Não nos interessa com isto atingir a definição supostamente correta destes conceitos, nem denunciar um eventual uso equivocado deles. Ao contrário, interessa-nos explorar o eventual embaralhamento discursivo, registrando pontos de divergência. Cabe explorar, portanto, alguns dos sentidos atribuídos às expressões e ao vocabulário deste que parece ter se constituído de um discurso único global — ou, senão, único, bastante homogêneo em suas representações tradicionais e inegavelmente possuidor de uma posição quase hegemônica. Como nos lembra Adrian Forty (2001:13):

*Ainda que o papel desempenhado pela linguagem no meio das artes visuais tenha sido questionado em tempos recentes, assim como dúvidas tenham sido pronunciadas a respeito da crença modernista de que uma arte possa ser puramente visual, nada comparável acontecera no âmbito da arquitetura. Mesmo que de fato a questão seja eventual objeto de reflexão, entretanto, é usual supor que aquilo que é dito ou escrito sobre as obras de arquitetura seja meramente um traço delas, algo sempre menor que a adequada reflexão sobre sua ‘realidade’ — ainda que a própria linguagem se constitua em si mesma de uma ‘realidade’, a qual, ainda que não seja igual àquela formada pelos outros sentidos, é, apesar disto, equivalente.*

*Se a linguagem é parte necessária da arquitetura, a dificuldade se encontra em não descrever a relação entre elas de modo a tornar a linguagem simples acessório — justamente por ser parte da arquitetura, a linguagem também é ela própria, sem dúvidas, um sistema.*

## 1.1 AMBIENTE, AMBIENTALISMO, ECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE, NATUREZA

Começamos com a própria noção de “ambiente”: destaque-se, por exemplo, a forma como a palavra se tornou aos poucos sinônimo de “natureza” — ainda que as ideias que ambas as expressões mobilizem não sejam necessariamente convergentes. Ao longo de algumas décadas do século XX, a ideia de ambiente — que em princípio se relacionava ao conjunto de elementos que envolve um dado objeto, com o conjunto de condições e outros objetos ou sujeitos com os quais tal objeto interage, sejam eles “artificiais” ou “naturais” — assumiu mais e mais uma conotação própria do ambientalismo. Ambiente parece ter se tornado sinônimo de “verde”, de “natural” — algo que pode ser ilustrado com as imagens encontradas em uma breve visita aos buscadores como o Google. Palavra privilegiada pela teoria cibernética e pela teoria dos sistemas — ambas correntes intelectuais no campo das ciências naturais que ganharam forte protagonismo a partir dos anos 1940 —, “ambiente” parece ter sido apropriada pelos movimentos que, a partir dos anos 1960, apropriaram-se igualmente do vocabulário mobilizado pela ecologia para dar significado a certo ideário de valorização da natureza ou de suas representações. Todo este vocabulário, é claro, constitui um terreno movediço, repleto de armadilhas: não nos esqueçamos de como Raymond Williams (2007) nos alerta para a dificuldade inerente às palavras “natureza” e “cultura”, consideradas por ele as mais difíceis da língua inglesa.

Não nos aprofundaremos nesta questão, mas basta ressaltar o quanto nas últimas décadas *naturalizamos* a ideia de “meio-ambiente” como sinônimo ou referência de *natureza*, bem como transformamos a ecologia (uma ciência, em princípio) em um ideário. A *natureza*, aliás, é ela própria objeto difícil de discussão filosófica, sendo tema privilegiado da reflexão de variados pensadores ao longo da história da sociedade ocidental. Se lidamos hoje com uma certa ideia de natureza já mais do que centenária, gestada junto com a modernidade e com a ciência, entre os séculos XIV e XVI, ela está longe de se considerar conceito de fácil definição. De igual modo, a invenção da natureza como elemento transcendente objetivo, descrito pela ciência e desprovida de qualquer elemento que pudesse ser apontado como “sobrenatural” também está longe de constituir fato inquestionável. Como aponta Marcos Virgílio da Silva (2013:40), por exemplo, ao comentar a obra de Clement Rosset:

*A ideia de natureza estaria, portanto, intimamente ligada à de religião, pois se esta implica a crença numa sobrenatureza, aquela garante que a religião de fato tem um mundo para explicar. Em outros termos, qualquer visão que considere o mundo como obra de algo externo a si mesmo poderia ser considerada religiosa.*

*Isso não quer dizer que se possa considerar a natureza uma “ilusão”. Rosset a considera, mais precisamente, uma miragem: a “miragem naturalista” requer como condições e circunstâncias favoráveis para sua fabricação a repetição e o mito. A repetição proporciona para a concepção de natureza a ideia de regularidade e ordenação. Cabe ao mito determinar quando as repetições fortuitas passam a ser vistas como um “hábito” da natureza. [...] Toda representação de natureza é baseada em um mito, mesmo que seja o mito da objetividade científica.*

No interior das práticas e dos círculos de produção das ideias arquitetônicas, em particular, todo esse emaranhado discursivo vem colaborando para a reiteração daquilo que já apontamos como uma espécie de “regime de verdade” próprio: o tratamento da natureza como um tipo de sujeito de direito em perigo externo à sociedade, a ser socialmente protegido contudo, sobre o qual não podem recair quaisquer questionamentos e cujos recursos devem ser encarados de forma *sustentável*.

Finalmente, ressalte-se a diferença com que se mobilizam ideias como a de “ambientalismo”, de um lado, e “sustentabilidade” (ou “desenvolvimento sustentável”), de outro. Como veremos a seguir, no mundo anglófono, constitui-se uma narrativa recorrente sobre o ambientalismo que o situa em meio a movimentos de ordem contracultural nos quais a proteção da natureza constituía pauta central. À medida em que tal pauta era incorporada em meios cada vez mais institucionais — por organismos multilaterais, empresas transnacionais, governos e organizações da sociedade civil — o fundo ambientalista gradualmente deu lugar à defesa do conceito de desenvolvimento sustentável, forjado nos anos 1980 pela Comissão Brundtland das Nações Unidas, mais palatável aos ambientes corporativos e estatais. Neste sentido, “ambientalismo” ainda hoje costuma ser encarado numa perspectiva mais próxima do ativismo e da política, enquanto a difusa e abstrata ideia de “sustentabilidade” ecoa com mais facilidade nos meios institucionais. Como se verá, toda essa narrativa é fortemente dotada de um caráter triunfalista e laudatório, que associa aos movimentos culturais um pioneirismo que, substituído pelo pragmatismo institucional, teria permitido às ideias sustentabilistas sua penetração e capilaridade pelos meios governamentais e empresariais.

Um olhar menos ingênuo para este universo, porém, tem sido lançado a partir da crítica de base marxista, pela qual se desvelam as profundas relações entre tais formulações discursivas e as engrenagens da economia política. Ainda que não se trate de uma perspectiva homogênea, na medida em que diferentes correntes produzam entendimentos

distintos desta problemática, de um modo geral ou é feita a leitura do ambientalismo e da sustentabilidade como uma nova forma de arranjo ideológico adequado às configurações de organização, produção e circulação de mercadorias do capitalismo avançado (situando o discurso, portanto, no contexto da produção de ideologia e por consequência no universo das superestruturas) ou compreende-se a sustentabilidade como um rearranjo das próprias forças produtivas, que agora passam a mobilizar novas mercadorias (situando-a na infraestrutura produtiva, de modo a transformar em mercadorias elementos da natureza que antes eram tidos como finitos, metrificando-os e tornando-os aptos à sua valorização e troca).

Independente da linha interpretativa, porém, nesta perspectiva de crítica à economia política do meio-ambiente, a emergência pauta ambiental/sustentabilista é lida como mais uma entre muitos instrumentos ideológicos de mascaramento da reorganização produtiva sofrida pelo capital a partir dos anos 1970, com o desmanche do Estado de Bem-Estar Social e com a gênese de novas formas de exploração da classe trabalhadora, bem como de adequação a um novo vocabulário hegemônico que passaria a incorporar expressões contraculturais como “colaboração”, “participação”, “autonomia”. Neste sentido, alguns dos episódios tradicionalmente associados à trajetória do discurso ambiental — como a denúncia ao crescimento ilimitado, que foi pauta de publicações como *The Limits to Growth* (1972) e *The Population Bomb* (1968) — são enquadrados como uma primeira reação à reorganização produtiva com a qual o mundo ocidental teria de lidar, ainda em uma perspectiva excessivamente neo-malthusiana. A posterior institucionalização da pauta enquadrada na perspectiva de rearticulação global de mercados com vistas à definição de novas formas de negócio e de lucratividade, alterando relações produtivas mesmo em escala local — processo que chegaria, anos mais tarde, ao mercado global de créditos de carbono, por exemplo, expressão mais sincera do processo de mercadorificação das variáveis definidas pelo discurso ambiental agora colocadas em uma mesa de negociação lucrativa. A crise produtiva imposta pela crise ambiental, neste sentido, também se integra ao ciclo de crises próprio da economia capitalista. A sustentabilidade se transforma, mais do que em um limitador à ação do capital, em uma oportunidade renovada de negócio e de exploração. A perversidade contemporânea do discurso ambiental revelar-se-ia, em última instância, na produção de caras e lucrativas mercadorias “green” aprovadas pelos mais rigorosos selos de sustentabilidade manufaturadas por trabalhadores ultra-explorados em processos ecologicamente eficientes.

Sobre a ideia de desenvolvimento sustentável, por exemplo, Timothy Luke (2006) argumenta que a expressão poderia ser convenientemente substituída por “degradação sustentável”, na medida em que ela se revela, na prática, um processo de quantificação e mercantilização de perdas e ganhos ambientais — de forma não diversa à tendência própria do sistema

capitalista em abstrair todos os produtos do trabalho social, de forma a quantificá-los e a torná-los apropriados à negociação e à troca. Em certo sentido, a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato (que permite sua quantificação intercambiável e, em última instância, a extração do excedente de valor por ele produzido), revela-se dispositivo análogo à transformação de elementos concretos do mundo natural — como entendido pela sociedade capitalista — em elementos abstratos (como os famigerados créditos de carbono), aptos à sua redução a números e quantidades intercambiáveis. Segundo o autor (2006):

*As estruturas da degradação sustentável garantem que limitados desafios democráticos possam ser lançados contra as frequentemente inquestionáveis prerrogativas da ‘expertise’ técnica e da propriedade do capital. ‘Expertise’ e propriedade constituem as mais materiais formas de poder no interior das condições existentes de produção. (...)*

*Mesmo que o grande público ou os gestores públicos reconheçam a realidade de fenômenos como o aquecimento global, recursos de água superutilizados, desertificação generalizada e perda de biodiversidade, a intervenção ativa de ecogestores, eco-empresários e ecojuristas permite àqueles no poder que se baseiem na própria cultura capitalista para argumentar que ‘algo está sendo feito.’ Na realidade, porém, o sistema de degradação sustentável permite que o capital extraia ainda mais valor mantendo as aparências de criação de sustentabilidade ecológica enquanto explora as realidades da degradação ambiental.*

Nesta perspectiva, qualquer tentativa de promoção de uma arquitetura supostamente “verde” seria a priori considerada ingênua, na medida em que mais do que proteger uma entidade abstrata (a “natureza”) de sua destruição, tal atitude seria apenas mais um elemento de uma perversa engrenagem cíclica de produção e superação de crises do sistema capitalista. A forma como o discurso ambiental/sustentável foi em grande medida incorporado pelo sistema estelar da arquitetura, aliás, apenas reforça esta constatação.

Apesar dos sólidos pressupostos teóricos e do incisivo alerta relativo à visão ingênua de mundo que o discurso sustentabilista sugere, é preciso ressaltar alguns dos limites da crítica marxista ao ambientalismo e à sustentabilidade, bem como certa injustiça cometida aos movimentos contestatórios de cunho ambientalista. Tais movimentos foram repensáveis por inegáveis avanços no debate público sobre a temática ambiental, pressionando pela constituição de marcos normativos responsáveis e por estruturas de governança participativa, entre outros elementos. Mesmo nos países tradicionalmente associados ao Estado de Bem Estar Social, nos quais práticas públicas voltadas à qualidade de vida generalizada dos cidadãos já são usuais desde o pós-Guerra, a ação de movimentos ambientalistas ligados à

Nova Esquerda (normalmente rechaçados tanto pelos velhos partidos comunistas como pelos grupos conservadores) ou mesmo dos “Partidos Verdes” revelou-se importante para a consolidação de práticas generalizadas de preservação de recursos naturais, tanto por parte do Estado quanto por parte da iniciativa privada e dos cidadãos. Se com o tempo tais práticas, por outro lado, revelaram-se particularmente adequadas à nova configuração do capitalismo avançado nestes países, porém, não se deve ignorar a agência histórica de um conjunto de atores que, em momentos diversos, certamente enfrentaram cenários problemáticos e repletos de obstáculos. Mesmo um autor marxista como Timothy Luke (1997, 1999) reconhece a dimensão complexa desse problema e desenvolve uma reflexão sobre o papel potencialmente transformador dos novos grupos sociais que têm se associado às mobilizações políticas de tom verde, considerando-os uma potencial nova classe com perfil de transformação social não muito diferente daquele associado pelo marxismo ortodoxo à classe proletária.

## 1.2 HISTÓRIA OFICIAL DO AMBIENTALISMO

É possível reunir, tanto a partir de fontes diversas acadêmicas como de um discurso difuso em meios profissionais e ativistas, um conjunto de elementos que parecem constituir, se não uma história “oficial” do ambientalismo, uma narrativa convergente constituída de eventos e personagens recorrentes. Essencialmente anglocêntrica em sua constituição, tal narrativa reúne em um mesmo universo tanto os movimentos contestatórios quanto os episódios institucionais globais ocorridos nos anos 1960 e 70 associados às matrizes discursivas do ambientalismo. São muitas as obras que consolidam tal narrativa e a apresentam de forma linear, instrumental e celebrativa — destaque-se, por exemplo, Steiguer (2006), que escreve para estudantes universitários.

A narrativa de Steiguer, como muitas outras, inicia com um marco já considerado mítico: a publicação, em 1962, do livro *Silent Spring*, da bióloga marinha Rachel Carson. Segue então com autores como Paul Ehrlich (do já citado *The Population Bomb*, de 1968) e Barry Commoner (*The Closing Circle*, 1971). Ainda que divergentes em muitos aspectos, trata-se de um trio de biólogos ou ecólogos que lidaram diretamente em suas pesquisas e publicações com questões de demografia e economia — muitas vezes buscando na ecologia a base para a constituição de argumentos políticos e sociais. O mesmo ocorre com o clássico *The Limits to Growth*, produzido por um grupo de pesquisadores do MIT que viria a servir de base para a formulação da pauta ambiental do Clube de Roma (*think tank* transnacional formado em 1968, agregando empresários, intelectuais e líderes globais). Esta pauta, por sua vez, constituiria a base da também mítica Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-ambiente Humano, sediada na cidade de Estocolmo em 1972, a qual lançaria as bases para a

formulação, na década seguinte, da cartilha global em torno da ideia de desenvolvimento sustentável, cuja conceituação foi proposta pelo documento conhecido como “Relatório Brundtland”, de 1987, que consolida a definição de sustentabilidade baseada no tripé econômico–social–ambiental. A própria publicação das imagens integrais do planeta Terra por parte da Nasa<sup>2</sup> constitui um dos mitos fundadores desse processo de “tomada de consciência” das fragilidades do habitat humano.

Em uma redução grosseira, pode-se dizer que o livro de Carson surgiu como instrumento de sensibilização pública contra o uso generalizado de DDT, particularmente em lavouras. Carson se utilizava de pesquisas ecológicas para argumentar contra a forma como a interferência humana em *ambientes naturais* colaborava para alterar o ciclo de vida de determinadas espécies, apontando para efeitos deletérios futuros. O impacto do livro foi intenso, colaborando a uma pauta ampliada de combate à poluição ambiental — e particularmente ao combate à energia nuclear. A pauta anti-DDT foi, desta forma, rapidamente incorporada à então emergente pauta da contracultura estadunidense. O “meio-ambiente” — estranha expressão oriunda de pesquisas acadêmicas associadas ao pensamento sistêmico, à cibernética e à ecologia — se transformava definitivamente em elemento central do vocabulário de certa parcela da Nova Esquerda norte-americana.

Esta “linha evolutiva” da contracultura ambiental também é marcada pelos seus próprios mitos fundadores. Destaque-se, por exemplo, a instituição do Dia da Terra, a partir de 1970: reuniam-se em um mesmo evento e em uma mesma data pautas contraculturais como o antimilitarismo, o pacifismo, o comunitarismo, o ambientalismo, entre outras. A institucionalização do Dia da Terra no calendário estadunidense, porém, se deu com a intensa participação de parlamentares de perfil conservador, ligados ao Partido Republicano — o que desde aquele momento já fora apontado como indício da relação problemática entre contracultura e o *stablishment*.

Essas duas trajetórias paralelas (de um lado a consolidação institucional da pauta ambiental e de outro a sua apropriação contracultural) normalmente colaboram para o triunfalismo da história oficial do ambientalismo, bem como para a consolidação de um discurso único, como já argumentamos. No entanto, para além da forma pasteurizada com que a narrativa é vendida, a exploração dos elementos propriamente contraculturais desse processo nos indica contradições e revelações interessantes, sobre os quais refletimos a seguir.

Ressaltem-se, porém, alguns dos “antecedentes históricos” dos séculos XVIII e XIX que costumam ser mobilizados para fornecer consistência a esta narrativa oficial: destacamos três

---

<sup>2</sup> Personagem central do processo de publicação de tais imagens foi o “empreendedor” contracultural Stewart Brand, influenciado pelas ideias de Buckminster Fuller. Sobre o interessante e contraditório episódio, conferir Turner, 2006.

elementos em particular. O primeiro deles é o transcendentalismo americano de personagens como Thoreau e Emerson, que ao mesmo tempo em que fornecem subsídios para correntes intelectuais e políticas contestatórias, colaboram para a constituição de um peculiar tipo de pensamento conservador e liberal. O segundo é o das comunidades rurais que proliferam no imaginário colonial e dos primeiros anos da nação estadunidense: de agrupamentos de perfil religioso sectário a experiências ligadas ao socialismo utópico, tratam-se de assentamentos com forte caráter anti-estatal e anti-urbano, nos quais certa ideia de integração homem-natureza costuma ser representada. Finalmente, alguns clássicos do pensamento liberal e conservador, como Stuart Mill e Malthus são apresentados para dar base econômica à pauta ambiental, associando-a a ideias de livre mercado e livre iniciativa. A intensidade com que cada uma dessas matrizes é utilizada varia e elas são obviamente mobilizadas na perspectiva de disputa de imaginário, mas é significativo como as duas primeiras serão fortemente evocadas por muitos autores ao contextualizar o comunitarismo contracultural que tomou de assalto os EUA nos anos 1960 e 70. É deste movimento que relevantes experiências arquitetônicas surgiram, das quais eventualmente surgiriam ainda algumas das matrizes discursivas do ambientalismo e da sustentabilidade na arquitetura e sobre as quais refletimos a seguir.

## 2. CONTRACULTURAS (ARQUITETÔNICAS) DO AMBIENTALISMO

“Back to the land” é a expressão usualmente associada ao comunitarismo ou comunalismo contracultural dos anos 1960 e 70 nos EUA — que, ainda que verificado em todo o território do país, concentrou-se especialmente em sua região Sudoeste. Movimento heterogêneo, fragmentado e usualmente reduzido de forma equivocada ao imaginário *hippie*, este comunalismo estabeleceu redes de informação e comunicação próprias, que contribuíram para a difusão de seus ideários e de suas experiências. A arquitetura, em particular, ocupou posição privilegiada, ainda que não necessariamente celebrada como tal: o *ambiente construído* — ou o *habitat* — das comunas contraculturais era objeto de intenso interesse e compartilhamento de processos, técnicas e ideias. Trata-se, além disso, de um contexto ampliado de reação ao projeto moderno de cidade — mesmo que promovido por personagens posicionados fora do debate arquitetônico.

### 2.1 CONTRACULTURA GEODÉSICA

Não é nossa intenção apresentar uma descrição aprofundada dessas experiências. Apresentamos aqui meramente um panorama delas, destacando algumas fontes secundárias particularmente relevantes. Sobre tais experiências, verificar por exemplo Curl (2012),

Fairfield (2010), Matthews (2010), entre outros. Fairfield, em particular, reúne uma série de registros, relatos e testemunhos das comunidades contraculturais do sudoeste dos EUA. Scott (2007), Martin (2010) e Sadler (2008) também fornecem relevantes subsídios teóricos e historiográficos a respeito deste conjunto de episódios e personagens.

A recente produção bibliográfica e acadêmica em torno destas experiências, aliás, reflete a emergência de um interesse renovado sobre o assunto e sobretudo sobre as comunidades e experiências mais mitificadas que fizeram parte do movimento, como Drop City, Libre, Lama, entre outras. Verificaram-se na última década, por exemplo, uma série de novas exposições, publicações, documentários, entre outras obras, que têm como foco aqueles anos e aqueles personagens<sup>3</sup>.

Apesar do caráter fragmentar e heterogêneo, verificam-se algumas recorrências entre estas experiências. A primeira característica mais evidente é o fascínio causado entre aqueles sujeitos pelo imaginário do domo geodésico de matriz fulleriana. Popularizados pelas imagens de Drop City que correram os EUA nas páginas do *Whole Earth Catalog*, editado por Stewart Brand, e por manuais do tipo “do-it-yourself” como o *Dome Cookbook*, de Steve Baer (publicado em 1968 pela Fundação Lama, ela própria um complexo de domos geodésicos voltados à elevação espiritual) e os *Domebooks* de Lloyd Khan, os domos pareciam ser a expressão perfeita do desejo de integração entre o homem e o ambiente natural por meio de ferramentas amplamente acessíveis e disponíveis em processos de reutilização e reciclagem do lixo produzido pela sociedade de consumo. As cúpulas formadas por caibros e capôs de carros reutilizados pareciam colaborar na construção de uma paisagem nova, indicativa de um território marcado pela presença harmoniosa de seres humanos com os demais seres vivos: o caráter de abrigo sugerido pelos domos parecia ser a maneira *natural* com que a tecnologia humana devia ser mobilizada, seja pela reutilização de recursos, seja pelo caráter comunal da vida cotidiana.

Uma segunda recorrência envolvia o caráter fortemente anti-urbano destas comunas: ocupadas sobretudo por jovens — muitas vezes reduzidos ao estereótipo hippie que ficou consagrado em Haight–Ashbury<sup>4</sup> —, elas pareciam querer ser a expressão de uma geração que recusava a vida suburbana de classe média prometida pelo sonho americano, bem como o trabalho nas grandes metrópoles e o cotidiano *commuter* que a aguardava após a faculdade.

---

3 Destaquem-se por exemplo as exposições *Access to Tools* (MoMA, Nova Iorque, 2010); *West of Center* (Museu de Arte Contemporânea de Denver, 2012); *Hippie Modernism* (Walker Art Center, Minneapolis, 2015); o documentário *Drop City* (Joan Grossman e Tom McCourt, 2012); entre outros.

4 O cruzamento das ruas Haight e Ashbury em São Francisco vem sendo desde os anos 1960 considerado o epicentro da cultura hippie e de certa visão estereotipada da contracultura norte-americana. Não por acaso, muitos dos personagens associados ao comunalismo dos anos 1960, em depoimentos a pesquisadores, alegam não ter qualquer vínculo com este universo.

Tratava-se, em última instância, de uma recusa à lógica do plano que caracterizava naquele momento a cidade e a vida do estadunidense de classe média.

O mantra “back to the land”, portanto, sintetizava a repulsa pelas *little boxes on the hillside, made of ticky tacky, all the same*<sup>5</sup>. Curiosamente, muitos dos resultados arquitetônicos das comunas contraculturais acabaram por reproduzir, em escala reduzida, o mesmo território anti-urbano que caracteriza o próprio subúrbio norte-americano do qual aquela geração pretendia fugir — ainda que marcados por formas pouco usuais mas igualmente “made of ticky tacky, all the same”, inspiradas nos domos de Buckminster Fuller.

Fuller, em particular, é personagem inusitado e curioso deste enredo. Expressão viva do mito do *self-made man* ianque, entusiasta do livre mercado, lendário professor do Black Mountain College, Buckminster Fuller contribuiu durante vários anos com o Pentágono desenvolvendo projetos de abrigos temporários militares, entre outras obras. A trajetória de Fuller dificilmente o qualificaria para ocupar o posto de guru contracultural nos anos 1960. No entanto, suas ideias sobre a “espaçonave Terra”, um enorme artefato que nos serve de abrigo e cujos recursos não só são limitados como nos chegam sem qualquer manual de instruções, seus escritos sobre a relação entre arquitetura, habitat e fluxos de energia, seu pensamento “holístico”, entre outros elementos, tornaram-no fortemente adequado ao discurso das “forças cósmicas” e da psicodelia mobilizado pelos protagonistas do movimento comunalista.

Os protagonistas na construção de Drop City, a mais famosa experiência contracultural inspirada pelo imaginário do domo geodésico, são especialmente desejosos de romantizar sua relação com Fuller nos depoimentos e testemunhos que fornecem a pesquisadores<sup>6</sup>. Alegam, por exemplo, terem entrado em contato com as ideias de Fuller por acaso, quando “as forças cósmicas” os fizeram cruzar com o cartaz de uma palestra do arquiteto em uma universidade próxima de onde eles estavam. Fuller teria, então, fornecido a eles desenhos e diagramas didáticos para a produção de domos — cujos materiais também teriam sido encontrados pelos droppers com a ajuda das “forças cósmicas”, seja por meio de reutilização de materiais descartados, seja por meio de pequenos furtos e bicos.

Tratava-se de uma pequena propriedade próxima à cidade de Trinidad, no sul do Colorado, junto à divisa com o Novo México. Ali instalados em 1965, um grupo de amigos (três ou quatro casais<sup>7</sup>) estabeleceu uma comunidade livre, na qual eles tentariam ultrapassar noções como propriedade e a separação entre arte, vida e trabalho. Recém-formados, muitos deles oriundos de cursos de artes e cinema, os droppers desejavam promover um experimento vivo

---

5 Malvina Reynolds, *Little Boxes*, canção, 1962.

6 Cf., p. ex., Matthews, 2006.

7 O trio Eugene Bernofsky, JoAnn Bernofsky e Clark Richert é normalmente apresentado como o protagonista na formação de Drop City. Uma série de outros personagens, porém, contribuiu para a experiência, como Richard Kallweit, John Curl, Peter Rabbit, entre outros.

de *drop art* — conceito desenvolvido por parte deles enquanto ainda estudantes, caracterizados por espécies de *ready mades* urbanos, disparadores de situações inusitadas no cotidiano. “Drop city” foi o nome que deram para esta obra de arte em grande escala, caracterizada por amplos, coloridos e multifacetados domos espalhados pelo deserto<sup>8</sup>.

A experiência logo chamou a atenção do jovem estudante de arquitetura Steve Baer, que se ofereceu para orientar a construção de novos domos — chamados por ele de zonoedros. Baer considerava limitadora a proposta original de Fuller: desejava promover experimentações arquitetônicas formais e sociais ainda mais ousadas, desafiando de forma mais intensa o padrão de vida imposto pelo projeto moderno. Apesar disso, compartilhava com Fuller (e com o contexto contracultural de um modo geral) o desejo de promover processos ecologicamente adequados de mobilização de recursos naturais, o que o fez experimentar em Drop City processos e técnicas como painéis de aquecimento solar, banheiros secos, entre outros elementos que viriam depois a compor o vocabulário da bioconstrução, da permacultura arquitetônica e da eficiência energética — sem, no entanto, aderir ao discurso anti-tecnológico que viria a caracterizar parte da bioconstrução em anos posteriores.

Após 1967 os moradores originais de Drop City começaram a deixá-la, tomada que havia sido por um fluxo cada vez mais frequente de *hippies* e outros curiosos com quem eles pouco se identificavam. O nome da cidade — que passou a circular em revistas nacionais como Time e Life — chamava a atenção da geração caracterizada por expressões como drop out e drop acid. Isto levou alguns dos ex-moradores a fundar, nas proximidades de Taos, na região do Vale do Rio Huerfano, no Novo México — local que viria a ser ocupado por várias ocupações similares — uma nova comunidade chamada “Libre”, desta vez menos radical. As casas em Libre eram individuais, não mais comunais, assim como o trabalho para manutenção da propriedade. Os primeiros domos de Libre foram gradualmente substituídos por edificações tradicionais, autoconstruídas, em um movimento que sintetiza um afastamento geral da contracultura ambientalista do imaginário tecno-utópico associado ao domo fulleriano.

Segundo Azzarito (2012:105):

*Por volta dos primeiros anos da década de 1970, outras comunas no Vale Huerfano também deixaram a construção de domos em favor de outros processos. Um destes grupos foi o dos Red Rockers, um coletivo de jovens artistas de Beverly Hills, Califórnia, que encontraram os fundadores da comunidade Libre na viagem que eles fizeram em 1969 e sentiram-se inspirados a estabelecer sua própria comunidade. Este grupo — composto de onze indivíduos — visitou Libre na primavera de 1969 e*

---

<sup>8</sup> Drop City já se constitui de experiência razoavelmente bem estudada nos EUA. Conferir especialmente Elder e Azzarito (2012) e Sadler (2006).

*coletivamente adquiriu um pedaço de terra nas proximidades da área conhecida como Red Rock Canyon. Auto-intitulando-se "Red Rockers", todos adotaram os sobrenomes Red Rockers como expressão de seu compromisso político com a vida comunal.*

*Em princípio, o grupo erigiu um domo de dezoito metros em sua propriedade com a ajuda dos membros de Libre. Apesar de ser o maior dos domos construído em uma comuna contracultural, ele foi também o último a surgir no Condado de Huerfano. Os Red Rockers viviam havia poucos meses em seu domo quando compartilharam suas experiências com os leitores do Domebook 2. Eles pareciam satisfeitos com o resultado de seu projeto. [...] Alguns anos depois, porém, o edifício teve de ser adaptado na medida em que o grupo cresceu e começaram a haver mais crianças. A cada novo verão, mais Red Rockers deixavam o domo para viver em tendas. Em um artigo coletivamente escrito para a publicação Shelter (de Lloyd Kahn), os Red Rockers enumeraram o que eles gostavam e não gostavam no domo. As desvantagens — vazamentos, calor, falta de privacidade — excediam as vantagens, que se caracterizavam sobretudo pelo amplo espaço e pelo fato das crianças gostarem dele. [...] Após três anos de vida comum no domo, os Red Rockers começaram a construir pequenos abrigos-satélite e a usar o domo como centro comunitário. Eles ainda estavam interessados em viver próximos uns aos outros, mas o desejo por individualidade prevaleceu sobre a paixão pela vida comunal original experimentada no domo.*

Das experimentações ambientalistas de Baer nos primeiros anos de Drop City aos mecanismos de eficiência energética que viriam a ser adotados cada vez mais após os anos 1970 (como a construção com terra e o recurso a processos construtivos tradicionais), nota-se nesta trajetória das comunidades contraculturais uma espécie de afastamento lento e gradual de um paradigma de transformação ambiental por meio da tecnologia avançada para um paradigma de construção vernacular e até mesmo antitecnológico. As experimentações de Paolo Soleri nos EUA, neste sentido, são bastante reveladoras: membro de uma geração de jovens arquitetos italianos encantados com o debate tecnoutópico, Soleri celebrou-se pela proposta das "arcologias" (colossais megaestruturas voltadas à total satisfação das necessidades humanas por recursos naturais, harmoniosamente integradas à superfície terrestre e a seus recursos naturais), palavra que pretende reunir "arquitetura" e "ecologia". Ao colaborar com comunidades contraculturais nos EUA, porém, Soleri desenvolveu uma série de projetos fortemente associados à estética da bioconstrução, distantes do deslumbramento tecnoutópico das suas primeiras arcologias.

Por outro lado, a consolidação do discurso sustentabilista tanto na arquitetura corrente quanto na estelar a partir dos anos 1980 (e com maior intensidade nos anos 2000) ignora tal preconceito tecnológico. Ao tomarmos uma figura como Richard Rogers, por exemplo — cujas ideias sustentabilistas são consumidas por milhares de estudantes de arquitetura no mundo inteiro —, nota-se claramente a associação entre high-tech e o discurso sustentabilista, em direção talvez muito mais próxima à prometida pelas primeiras experiências contraculturais do que seu legado sugere.

## 2.2 RUPTURA OU AFIRMAÇÃO DO PROJETO MODERNO

Dado este panorama, cabe a pergunta: seria toda esta trajetória reveladora de uma recusa ao projeto modernista ou talvez a afirmação deste mesmo projeto moderno? A trajetória do discurso ambiental/sustentável no interior da arquitetura, a partir do recorte parcial que traçamos, poderia indicar em princípio a constituição de ferramentas de combate ao projeto moderno, na medida em que denuncia um suposto desequilíbrio entre a produção humana de artefatos destinados à sua vida e os recursos naturais e ambientais que os limitam. Este discurso poderia, então, ser enquadrado em um contexto ampliado de propostas arquitetônicas pós-modernas (ou, ainda que recusando tal rótulo, proposições dispostas a superar os vícios do modernismo): ao apontar a natureza como elemento a ser protegido do furor de artificialização moderna, trata-se de uma proposta anti-totalizante, potencialmente apta a recuperar certa dimensão perdida no projeto do novo homem moderno. Trata-se, afinal, como vimos nas experiências contraculturais, de uma proposta afinada com um movimento mais amplo de valorização das diversidades culturais, da multiplicação das vozes e da ruptura com a lógica do plano e da ordem.

Como apontamos no início do trabalho, no entanto, esta mesma natureza, ao fim do processo, se revela uma invenção igualmente totalizante, na medida em que impõe um conjunto de valores em última instância inquestionáveis, porque cientificamente formulados e resultantes de critérios objetivos e independentes de qualquer forma de contingência social. A proteção de tais valores se revela ainda universalmente válida, independente dos contextos culturais: o discurso sustentabilista aplica-se a qualquer cultura, seja ela europeia, asiática ou americana. A natureza, afinal, transcenderia fronteiras sociais e culturais.

Chegamos, afinal, à velha polêmica promovida entre uma natureza que é socialmente construída e uma sociedade que é naturalmente limitada. A aplicação do discurso ambiental/sustentável na produção da arquitetura (em última instância na produção dos espaços de vida dos sujeitos, portanto) fica de um lado reprimido pelas imposições de uma natureza fragilizada, doente e desejosa de melhores tratamentos. De outro, tal natureza revela-se

em última instância uma construção social, dotada de historicidade, pela qual determinados interesses se legitimam em relação a outros. Recorre-se à natureza como instrumento de combate ao projeto totalizante da modernidade, mas percebe-se que esta mesma natureza é ela própria construída a partir de tal projeto totalizante.

## 2. CONTRACULTURAS (ARQUITETÔNICAS) DO AMBIENTALISMO

*A formulação de Latour é importante porque atenua a pressão sobre o projeto moderno — em particular da pressão pela perfeição e por manter as coisas em categorias separadas. Ela permite que coisas e processos, incluindo a arquitetura, sejam tratadas como elas são: como quase-objetos eles próprios, ao invés de construções separadas e purificadas pelo mundo moderno. A arquitetura pode ser reposicionada na interseção entre o humano e o não-humano, entre o particular e o geral, mas não de um modo a retomar qualquer estado nostálgico de virtude pré-faustiana (já que a amodernidade de Latour não é, em definitivo, desejosa de qualquer passado perdido). Redes são restabelecidas (...), sendo que elas mais uma vez formam a base para a interpretação das esferas sobrepostas da ciência e da cultura — assim como da arquitetura. (Till, 2009)*

Apointamos até o momento algumas linhas interpretativas da trajetória do discurso ambiental/sustentabilista na arquitetura: de um lado, a crítica de base marxista, que citamos no início do artigo. De outro, um questionamento a respeito do efetivo potencial de resposta ao projeto moderno que ela sugere. Trata-se, portanto, do levantamento das contradições ideológicas inerentes a tais práticas discursivas: ao apontar o caráter totalizante do projeto moderno — que ignora características ambientais em nome da produção do novo homem e da nova sociedade —, o discurso ambiental/sustentável acaba por indicar um novo elemento totalizante na própria ideia de uma natureza transcendente, que precisa ser protegida e está acima de qualquer questionamento.

A abordagem simétrica que Bruno Latour vem propondo em seus trabalhos desde os anos 1980 — em particular em obras como *Jamais fomos modernos* e *Ciência em ação*, entre outras — nos fornece alguns subsídios para prospectar uma análise desta relação para além do mero apontamento de eventuais contradições ideológicas. Tal qual um etnógrafo descrevendo uma cultura estranha, Latour debruça-se sobre sua própria cultura e seu próprio povo. Com isso, encarando-a com o mesmo estranhamento com que encararia qualquer outro coletivo, permite-se desnaturalizar aspectos deste grupo social peculiar que é o ocidental e

moderno<sup>9</sup> — sem, no entanto, desrespeitar seu próprio sistema de crenças e de valores (no caso, o da ciência). Natureza e sociedade não são tomados nem como absolutos nem como relativos, um em oposição ao outro.

Como argumenta Latour (2013:95):

*Mas a sociedade, como sabemos agora, também é construída, tanto quanto a natureza. Se formos realistas para uma, devemos sê-lo para a outra; se formos construtivistas para uma, também devemos sê-lo para ambas. Ou antes, como nossa investigação sobre as duas práticas modernas<sup>10</sup> nos mostrou, é preciso compreender ao mesmo tempo como a natureza e a sociedade são imanentes — no trabalho de mediação — e transcendententes — após o trabalho de purificação. Natureza e sociedade não fornecem nenhuma base sólida sobre a qual possamos assentar nossas interpretações (...) mas sim algo que deveríamos explicar. A aparente explicação que dela provém só aparece posteriormente, quando os quase-objetos estabilizados transformaram-se, após a clivagem, em objetos da realidade exterior, por um lado, e sujeitos da sociedade, de outro.*

Entre a polêmica das abordagens construtivistas e realistas (ainda que o autor opte deliberadamente pela última), Latour sugere jocosamente a constituição de uma abordagem “relacionista”, reconhecendo ao mesmo tempo a natureza imanente e a sociedade transcendente. Dest forma, ultrapassa os limites dos argumentos sócio-construtivistas que tendem, no caso do ambientalismo, a reduzir as práticas sustentabilistas a mero mascaramento ideológico, de um lado, e os dos argumentos realistas que transformam a proteção da natureza em um elemento de culto a uma divindade distante e inatingível, de outro. Mais adiante (p. 104):

*Todas as naturezas-culturas são similares por construírem ao mesmo tempo os seres humanos, divinos e não-humanos. Nenhuma delas vive em um mundo de signos ou de símbolos arbitrariamente impostos a uma natureza exterior que apenas nós conhecemos. Todas distribuem aquilo que receberá uma carga de símbolos e o que não receberá. (...) Alguns mobilizam, para construir seu coletivo, ancestrais, leões, estrelas fixas e o sangue coagulado dos sacrifícios; para construir os nossos, nós mobilizamos a genética, a zoologia, a cosmologia, a hematologia. “Mas estas são ciências”, irão gritar os modernos, horrorizados com esta confusão, “é claro que*

---

9 Ainda que esteja claro o fato de os “modernos” citados por Latour (e do projeto “moderno” de um modo geral) referirem-se à modernidade ocidental construída desde o Renascimento, para evitar maiores confusões, ao nos referirmos ao projeto moderno na arquitetura, nas artes e nas vanguardas, utilizaremos quando possível a expressão “modernista” (apesar de todos os problemas que ela agrega).

10 Refere-se ao trabalho de produção (ou “tradução”, como ele o chama) e purificação de híbridos no seio da sociedade moderna ocidental.

*elas escapam completamente às representações da sociedade.” Ora, a presença das ciências não é suficiente para romper a simetria, foi o que descobriu a antropologia comparada. Do relativismo cultural, passamos ao relativismo “natural”. O primeiro levava a diversos absurdos, o segundo irá permitir que reencontremos o senso comum.*

Ainda que para o autor mesmo essa abordagem não seja suficiente para atingir de fato uma abordagem simétrica, tratam-se de reflexões relevantes: ao tomarmos as praticas de diferentes grupos ambientalista e sustentabilistas, dos mais contraculturais aos mais institucionalizados, notamos como a construção atuam na construção de um complexo cultura-natureza próprio, ainda que em geral solidamente ancorado em inquestionáveis pressupostos científicos (estes socialmente construídos por um mecanismo artificial — o laboratório — e relacionados a uma natureza inatingível e externa, ainda que socialmente construída).

Enfim, em busca de uma abordagem simétrica, como coloca em obra anterior (1997:23):

*Essa-noção chave de simetria [proposta por David Bloor] parece bastante estranha para os epistemólogos que se nutrem de Bachelard. (...) Fazer sociologia para compreender porque os franceses acreditam na astrologia, mas não para compreender porque eles acreditam na astronomia, isso é assimétrico. Fazer sociologia para entender porque os franceses têm medo do átomo, mas não fazê-la para a descoberta do átomo pelos físicos nucleares, isso é assimétrico. Ou bem é possível fazer uma antropologia do verdadeiro, assim como do falso, do científico, como do pré-científico, do central, como do periférico, do presente como do passado, ou então é inútil dedicar-se à antropologia, que nunca passaria de um meio perverso de desprezar os vencidos, dando a impressão de respeitá-los (...).*

Com o perdão do abuso do conceito, talvez seja interessante enquadrar esta resposta à proliferação de objetos arquitetônicos “híbridos” por parte do ambientalismo/sustentabilismo arquitetônico a partir da perspectiva latouriana de produção e purificação de híbridos. Segundo Jeremy Till (2009:144), refletindo a partir de Latour:

*(...) a tarefa de purificação [dos híbridos] revela-se impossível, pois à medida em que nos viramos para um lado para construir mundos artificiais de pureza e transcendência, mais temos que dar as costas à construção social do mundo — e, desta forma, vendamo-nos à mistura entre as coisas e as pessoas. Esta mistura acontece de um jeito ou de outro, olhemos para ela ou não (...).*

Antes de prosseguir, ressalte-se que a “produção de mundos artificiais” puros e transcendentais referida pelo autor tanto pode se referir, como já destacamos, à límpida artificialidade do projeto moderno quanto à idealizada condição de natureza protegida buscada pelos valores ambientalistas e sustentabilistas aplicados à arquitetura. Neste sentido, destaquemos mais uma vez, a posição aparentemente anti-modernista da arquitetura “ambientalista” produzida a partir dos anos 1960: em busca da natureza ideal, ela revela de fato a sua produção artificial e transcendente. Mais uma vez, as reflexões de Latour são úteis para melhor explorar este conjunto de redes. Till continua (144–145):

*A resposta de Latour a esta falsa esperança dos modernos envolve a definição de uma “constituição” não-moderna, a qual possa garantir, ao invés da proliferação ilícita de híbridos, a sua “proliferação regulada, a partir de acordos comuns.” Não se trata, absolutamente, da construção formal de híbridos estéticos, misturando duas formas puras a fim de produzir uma terceira, mas da construção social de híbridos congregando coisas e pessoas, arquitetura e vida. (...) A produção de híbridos de Latour leva em conta muito mais que o meramente visual, reconhecendo o relacionamento entre o não-humano e o humano — das coisas com o seu contexto social, dos objetos com os sujeitos, da natureza com a política, etc.*

As reflexões de Till continuam no sentido de propor uma nova forma de produção arquitetônica — “que seja ao mesmo tempo autoral e participativa, colaborando para a construção de um campo político ampliado.” Não nos interessa no momento discutir esta ou qualquer outra pauta futura, mas ressalte-se que tal posicionamento converge positivamente com o que Latour costuma chamar de “parlamento das coisas” — e com a necessidade de reintegrar as ciências à democracia, ou de reformatar a democracia de forma integrada às ciências. Mais uma vez, trata-se de uma proposição que ajuda a ultrapassar a dicotomia natureza transcendente vs. sociedade imanente sugerida pelo discurso ambientalista e pelas práticas sustentabilistas.

Ultrapassar esta dicotomia significaria, porém, adentrar na espinhosa e polêmica discussão da agência dos objetos (e, portanto, sobre a agência arquitetônica), que não nos interessa no momento. Basta, porém, após estas breves reflexões sobre a relação entre arquitetura, ambientalismo e contracultura, apontar para a limitação das críticas ao ambientalismo que se limitam a apontar a ilusão de sua proposta de mundo (seja pela via ideológica, seja pela via do enfrentamento do projeto moderno): considerar as contradições deste discurso como o indício de um equívoco ou falha de percurso significa não respeitar simetricamente todas as características peculiares do cenário que traçamos aqui, repleto de hibridismos entre ciência e pseudo-ciência, entre objetos naturais e sociais.

## BIBLIOGRAFIA

- Azzarito, Amy. Libre, Colorado, and the Hand-Built Home. In: Auther, Elissa; Lerner, Adam (org.). *West of Center*. Art and the Counterculture Experiment in America, 1965–1977. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012, pp. 94–108.
- Curl, John. *Memories of Drop City*. The first Hippie Commune of the 1960's and the Summer of Love. Lincoln: iUniverse, 2012.
- Elder, Erin. How to Build a Commune: Drop City's Influence on the Southwestern Commune Movement. In: Auther, Elissa; Lerner, Adam (org.). *West of Center*. Art and the Counterculture Experiment in America, 1965–1977. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012, pp. 2–20.
- Fairfield, Richard. *The Modern Utopian*. Alternative Communities of the '60s and '70s. Port Townsend: Process, 2010.
- Forty, Adrian. *Words and Buildings*. A Vocabulary of Modern Architecture. Londres: Thames & Hudson, 2004.
- Latour, Bruno. [1979] *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- \_\_\_\_\_. [1991] *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- Luke, Thimoty. *Ecocritique*. Contesting the Politics of Nature, Economy, and Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Capitalism, Democracy and Ecology*. Departing from Marx. University of Illinois Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. The System of Sustainable Degradation. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 17, n. 1, 2006, pp. 99–112.
- Martin, Reinhold. *Utopia's Ghost*. Architecture and Postmodernism, again. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- Matthews, Mark. *Droppers*. America's First Hippie Commune, Drop City. Norman: University of Oklahoma Press, 2010.
- Scott, Felicity. *Architecture or Techno-Utopia*. Politics After Modernism. Cambridge: MIT Press, 2007.
- Sadler, Simon. *Drop City Revisited*. *Journal of Architectural Education*, v. 59, n. 3, pp. 5–14, fev. 2006.
- \_\_\_\_\_. *An Architecture of the Whole*. *Journal of Architectural Education*, v. 61, n. 4, pp. 108–129, 2008.
- Silva, Marcos Virgílio da. *Naturalismo e biologização das cidades na constituição da ideia de meio ambiente urbano*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.
- Steiguer, J. E. de. *The Origins of Modern Environmental Thought*. Tucson: University of Arizona Press, 2006.
- Till, Jeremy. *Architecture Depends*. Cambridge: MIT Press, 2009.
- Turner, Fred. *From counterculture to cyberculture*. Stewart Brand, the Whole Earth Network and the Rise of Digital Utopianism. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

Williams, Raymond. [1976] *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.